



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 005/2022
(Processo Administrativo n.º 23381.004424.2022-25)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de promoção de eventos institucionais – envolvendo as etapas de planejamento, organização, coordenação e acompanhamento, contemplando todos os serviços indispensáveis à plena execução dos projetos de eventos, abrangendo apoio logístico, montagem, desmontagem e manutenção de toda infraestrutura demandada, para fins de atendimento as necessidades institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	SEÇÃO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	R\$ 1.965.968,53
	2	EQUIPAMENTOS	R\$ 3.010.108,14
	3	MOBILIÁRIO, DECORAÇÃO E SINALIZAÇÃO	R\$ 2.109.546,88
	4	PLACAS, BRINDES E HONRARIAS	R\$ 355.516,25
	5	MATERIAIS ESPORTIVOS	R\$ 205.720,22
	6	ALIMENTAÇÃO	R\$ 1.594.992,02
TOTAL			R\$ 9.241.852,04

SEÇÃO I - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Coordenador Geral	Coordenador Geral - Profissional responsável por coordenar o conjunto de itens relacionados ao evento, entregas e despachos, organização de espaços, cadastramento de staff e controle de acesso, com experiência comprovada no planejamento e organização de eventos, sujeito à prévia aprovação pela CONTRATANTE, com a responsabilidade de prestar assessoria prévia e de acompanhar e orientar o contingente alocado pela CONTRATADA, controlar horários, resolver imprevistos e corrigir situações adversas, de forma a garantir o perfeito desenvolvimento das atividades, em regime de dedicação exclusiva - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	130	R\$ 284,78	R\$ 37.021,40
2	Cerimonialista	Cerimonialista - Profissional responsável por conduzir a abertura dos eventos, com experiência e	Profissional	Diária	155	R\$ 178,75	R\$ 27.706,25



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		comprovada, com domínio das regras de etiqueta, capacitado para: identificar, abordar adequadamente e conduzir autoridade e convidados VIPs; elaborar e acompanhar a execução do cerimonial do evento, do protocolo e da ordem de precedência; preparar mesa diretoria e nominatas; com boa postura, desenvoltura, adequada presença de palco, boa dicção, voz adequada à apresentação de cerimonial, articulação e interpretação de possíveis imprevisto no cerimonial - Diária de 8 horas.					
3	Recepcionista	Recepcionista - Profissional responsável por atividade de recepção em eventos, com experiência e comprovada, com domínio das regras de etiqueta, o serviço deverá ser executado por profissional dinâmico, com boa postura, com habilidade em lidar com pessoas e no trato com autoridades - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	200	R\$ 185,25	R\$ 37.050,00
4	Coordenador de Serviços Gerais	Coordenador de Serviços Gerais - Profissional que irá atuar responsável por toda a rotina da equipe de limpeza, controlando as funções dos funcionários, separando e armazenando os materiais que serão utilizados, responder pela equipe de limpeza, padronizar a limpeza, demandar as tarefas e analisar os serviços realizados - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	100	R\$ 159,50	R\$ 15.950,00
5	Auxiliar de Serviços Gerais	Auxiliar de Serviços Gerais - O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e uniformizado para a realização de serviços de limpeza e conservação nas dependências do evento, antes, durante e depois de sua realização, com todo o material de limpeza incluído - Diária 8 horas.	Profissional	Diária	280	R\$ 118,55	R\$ 33.194,00
6	Brigadista de Incêndio	Brigadista de Incêndio - O serviço deverá ser realizado por profissional capacitado para atuar na prevenção, abandono e combate a princípio de incêndio e prestar os primeiros socorros - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	190	R\$ 247,80	R\$ 47.082,00
7	Intérprete de Libras	Intérprete de Libras - Profissional com experiência comprovada para tradução simultânea na linguagem libras a eventos específicos ao público externo, lembrando que esse item se faz necessário que seja solicitado em dupla em eventos de mais de 1 (uma) hora de duração. Deverá se apresentar 01 hora antes do início do evento - Diária de 6 horas.	Profissional	Diária	220	R\$ 245,00	R\$ 53.900,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

8	Produtor Cultural	Produtor Cultural - Profissional responsável por coordenar o conjunto de itens relacionados ao evento, responsável, também, pelo planejamento e organização de eventos culturais, sujeito à prévia aprovação pela CONTRATANTE, com a responsabilidade de prestar assessoria prévia e de acompanhar e orientar o contingente alocado pela CONTRATADA, controlar horários, realizar direção de palco, resolver imprevistos e corrigir situações adversas, de forma a garantir o perfeito desenvolvimento das atividades, em regime de dedicação exclusiva - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	50	R\$ 315,00	R\$ 15.750,00
9	Assistente de Produção	Assistente de Produção - Profissional responsável por auxiliar o produtor cultural em seu conjunto de itens relacionados ao evento, responsável, também, pela execução prática dos processos de planejamento e organização de eventos culturais, sujeito à prévia aprovação pela CONTRATANTE, com a responsabilidade de resolver imprevistos e corrigir situações adversas, de forma a garantir o perfeito desenvolvimento das atividades, em regime de dedicação exclusiva - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	70	R\$ 144,88	R\$ 10.141,60
10	Diretor de Palco	Diretor de Palco - Profissional com experiência comprovada em prestação de serviços em eventos, sujeito à prévia aprovação pela CONTRATANTE, com a responsabilidade de gerenciar a realização das montagens, apresentações e desmontagens do local de realização do evento, controlar horários, acompanhar e deliberar ações para o assistente de diretor de palco (roadie), resolver imprevistos e corrigir situações adversas, de forma a garantir o perfeito desenvolvimento das atividades, em regime de dedicação exclusiva - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	50	R\$ 303,48	R\$ 15.174,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

11	Roadie	Roadie - Assistente de organização de Palco – profissional com experiência comprovada em prestação de serviços em eventos, sujeito à prévia aprovação pela CONTRATANTE, com a responsabilidade de transportar equipamentos em geral e instrumentos musicais, auxiliar a montagem dos instrumentos, controlar horários, acompanhar e organizar a passagem de som, prestar assessoria prévia e de acompanhar e orientar o contingente alocado pela CONTRATADA, resolver imprevistos e corrigir situações adversas, de forma a garantir o perfeito desenvolvimento das atividades, em regime de dedicação exclusiva - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	50	R\$ 149,00	R\$ 7.450,00
12	Garçom / Garçonete	Garçom / Garçonete - profissional com experiência comprovada em prestação de serviços em eventos, sujeito à prévia aprovação pela CONTRATANTE, devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo correspondente à função de garçom, inclusive no atendimento e no trato com autoridades, em regime de dedicação exclusiva - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	280	R\$ 172,22	R\$ 48.221,60
13	Segurança	Segurança - profissional com experiência comprovada em prestação de serviços em eventos, sujeito à prévia aprovação pela CONTRATANTE, devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para execução de segurança desarmada, nos termos da legislação em vigor, inclusive no trato com autoridades, em regime de dedicação exclusiva - Diária de 8 horas.	Profissional	Diária	230	R\$ 239,83	R\$ 55.160,90
14	Conferencista - TIPO I	Conferencista - TIPO I - Serviço de realização de conferência/palestra sobre temáticas da arte e cultura por professor e/ou pesquisador e/ou artista popular e/ou empreendedor da economia solidária, com deslocamento e alimentação pela contratada. Conferencista a ser definida pelo solicitante, para conferência/palestra de 30 minutos a 50min.	Profissional	Conferência	120	R\$ 290,00	R\$ 34.800,00
15	Conferencista - TIPO II	Conferencista - TIPO II - Serviço de realização de conferência/palestra sobre temáticas da arte e cultura por professor e/ou pesquisador e/ou artista popular e/ou empreendedor da economia solidária, com deslocamento e alimentação pela contratada.	Profissional	Conferência	160	R\$ 461,88	R\$ 73.900,80



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		Conferencista a ser definida pelo solicitante, para conferência/palestra de 1h a 1h30min.					
16	Apresentação Artística - TIPO I	Apresentação Artística - TIPO I - Serviço de apresentação de espetáculo de grupo artístico, com deslocamento, figurino e equipamentos artísticos/cênicos, com manifestação a ser definida pelo solicitante, para apresentação de 1h a 1h30min.	Profissional / Grupo Artístico	Show / Espetáculo	100	R\$ 2.450,00	R\$ 245.000,00
17	Apresentação Artística - TIPO II	Apresentação Artística - TIPO II - Serviço de apresentação de espetáculo de grupo artístico, com deslocamento, figurino e equipamentos artísticos/cênicos, com manifestação a ser definida pelo solicitante, para apresentação de 30 minutos a 50min.	Profissional / Grupo Artístico	Show / Espetáculo	120	R\$ 1.875,00	R\$ 225.000,00
18	Transmissão Audiovisual	Transmissão audiovisual para plataformas virtuais streaming (ao vivo). Contratação de serviços de operação audiovisual, captação, edição e transmissão em broadcast de sinais de áudio e vídeo. Inclui três câmeras de vídeo + cinegrafistas + tripé de câmera + iluminação + mesa de corte e equipamento para transmissão ao vivo), com entrega do material gravado bruto em arquivo digital. Transmissão ao vivo na qualidade de resolução 720p. O material bruto com o vídeo final exibido deve ser entregue em resolução de 4k. Com duração de até 4 (quatro) horas.	Transmissão	Hora	80	R\$ 2.746,65	R\$ 219.732,00
19	Serviço Médico de Emergência	Serviço de assistência médica, com ambulância TIPO UTI MÓVEL para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba e que deverá atuar no local do evento, contendo suporte básico, equipada com todos os aparelhos e medicação necessária para emergências clínicas e de traumas, composta por 01 socorrista ou técnico em enfermagem e 01 motorista treinados em primeiros socorros. Os serviços devem compreender as assistências de pronto socorro móvel de emergências e urgências médicas aos participantes durante os dias de competição de cada etapa, durante o início e término da programação - 08h00 as 22h00 - incluindo materiais hospitalares para urgências e eventuais deslocamentos de pacientes em algum centro hospitalar. Todas as despesas com a completa realização dos serviços como, transporte e alimentação dos	Serviço	Diária	150	R\$ 2.309,25	R\$ 346.387,50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		profissionais envolvidos estarão incluídos neste serviço.					
20	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de ATLETISMO - Evento Interno do IFPB - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante para atuar nas provas de pista e campo, uniformizados e com equipamentos de arbitragem como placas, apito, súmulas em 3 vias, cronômetro, trenas e outros. Os árbitros e a equipe quando solicitados deverão elaborar chaveamento da competição, fornecendo informações da competição a secretária e demais membros da comissão organizadora. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início de cada turno. Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas - Diária de 8 horas.	Equipe	Diária	76	R\$ 440,00	R\$ 33.440,00
21	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de NATAÇÃO - Evento Interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante para atuar nas provas da modalidade. Os árbitros deverão estar uniformizados e com equipamentos de arbitragem como placas, apito, súmulas em 3 vias, cronômetro e outros. Os árbitros e a equipe quando solicitados deverão elaborar chaveamento da competição, fornecendo informações da competição a secretária e demais membros da comissão organizadora. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da competição. Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas - Diária de 8 horas.	Equipe	Diária	13	R\$ 242,50	R\$ 3.152,50
22	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de FUTSAL - Eventos	Equipe	JOGO / PARTIDA	261	R\$ 289,32	R\$ 75.512,52



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		Interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de Arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário; 01 cronometrista. A equipe também atuara na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, apitos, cronômetros, cartões, placares entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas.					
23	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de FUTEBOL DE CAMPO - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 1 árbitro; 2 assistentes (bandeirinhas); 1 árbitro reserva (secretário). A equipe também atuara na organização da competição no naipe masculino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, apitos, cronômetros, cartões, placares entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas.	Equipe	JOGO / PARTIDA	74	R\$ 502,00	R\$ 37.148,00
24	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de BASQUETEBOL - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa composta por: 3 árbitros; 1 secretário; 1 cronometrista. A equipe também atuara na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de	Equipe	JOGO / PARTIDA	133	R\$ 269,00	R\$ 35.777,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, apitos, cronômetros, cartões, placares entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas.					
25	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de HANDEBOL - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário; 1 cronometrista. A equipe também atuara na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, apitos, cronômetros, cartões, placares entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas.	Equipe	JOGO / PARTIDA	156	R\$ 273,37	R\$ 42.645,72
26	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de VÔLEI - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, Equipe completa de arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário; 2 fiscais de linha. A equipe também atuara na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, apitos, cronômetros, cartões, placares entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas.	Equipe	JOGO / PARTIDA	147	R\$ 351,56	R\$ 51.679,32
27	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de VÔLEI DE AREIA - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou	Equipe	JOGO / PARTIDA	102	R\$ 249,38	R\$ 25.436,76



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário; 2 fiscais de linha. A equipe também atuara na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, apitos, cronômetros, cartões, placares entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas.					
28	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a modalidade de TÊNIS DE MESA - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 1 árbitro geral; 2 árbitro auxiliar. A equipe também atuara na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, bandeiras, bolas oficiais, suportes e redes, cartões, placares entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas - Diária de 8 horas.	Equipe	Diária	102	R\$ 448,33	R\$ 45.729,66
29	Serviço de Arbitragem	Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado da Paraíba para a MODALIDADE DE XADREZ - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 1 Arbitro Principal; 1 árbitro auxiliar. A equipe também atuara na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao	Equipe	Diária	117	R\$ 480,00	R\$ 56.160,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (uniformes, boletim, súmulas, Relógios de mesa, cronômetros, cartões, placares, tabuleiros, peças oficiais entre outros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas – Diária de 8 horas.					
30	Serviço de produção de vinheta, jingle ou spot (áudio) - até 10 seg.	Serviço de criação, produção, locução, gravação, edição, pasteurização e mixagem de vinhetas, jingles e spots originais para emissora de rádio FM, em regime de empreitada por preço unitário, com duração total de até 05 (cinco) segundos.	vinheta ou jingle ou spot - até 5 segundos	Unidade	200	R\$ 16,99	R\$ 3.398,00
31	Serviço de produção de vinheta, jingle ou spot (áudio) - até 30 seg.	Serviço de criação, produção, locução, gravação, edição, pasteurização e mixagem de vinhetas, jingles e spots originais para emissora de rádio FM, em regime de empreitada por preço unitário, com duração total de até 30 (trinta) segundos.	vinheta ou jingle ou spot - até 30 segundos	Unidade	100	R\$ 72,67	R\$ 7.267,00
SEÇÃO II - EQUIPAMENTOS							
ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
32	Sistema de Sonorização - TIPO I	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPLETO - Tipo I; Sistema de Sonorização de médio porte, para atender até 400 pessoas, com potência/volume adequados ao espaço, seja ele aberto ou fechado, contendo: 02 caixas de Subwoofer, 02 caixas de médio, 02 monitores de voz, 02 microfones sem fio, 01 mix console, rack de amplificadores, 02 pedestais, microfonação para voz e instrumentos; com todo o cabeamento necessário ao sistema e cabeamento para ligação de energia de 50 metros; Notebook, acompanhado de técnico(s) especializado(s) Operador de Áudio, eletricista, bem como montagem e desmontagem dos equipamentos e operacionalização durante a realização das solenidades – Diária de 24 horas.	Sistema Completo	Diária	222	R\$ 4.133,33	R\$ 917.599,26
33	Sistema de Sonorização - TIPO II	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPLETO –Sistema destinado a shows de pequeno/médio porte (público mínimo estimado: 1 mil pessoas). SISTEMA DE P.A E DE MONITOR Sistema formado por caixas (altas,	Sistema Completo	Diária	109	R\$ 7.739,00	R\$ 843.551,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

	<p>médias, graves, e sub-graves) de fabricantes reconhecidos (YAMAHA, ELECTRO VOICE, JBL, NORTON, EAW, FZ, DAS) capaz de fornecer SPL de 112 db no FOH, simetricamente montado em perfeitas condições de uso.</p> <p>O FOH formando um triângulo equilátero com os dois P.As.</p> <p>Mixers digitais (Venue DShow, Venue SC48, Yamaha utilizar conversores AD/DA externos.</p> <p>Sistema de P.A. ((altas, médias, graves, e sub-graves)capaz de atender a uma demanda de 1.000 pessoas, a ser montado em local externo. Todas as caixas deverão ter sistema para suspensão aérea SIDES e os monitores de chão sejam de fabricantes conceituados (YAMAHA, ELECTRO VOICE, EAW, JBL, Meyer).</p> <p>EQUIPAMENTOS DE PALCO</p> <p>01 Sistema para contrabaixo com 4X10" + 1X15;</p> <p>02 Amplificadores para guitarra;</p> <p>08 Monitores EAW SM12;</p> <p>01 caixa 2x15xdrive EAW para monitor do baterista;</p> <p>4 réguas de AC com 5 pontos padrão americano para o palco (110w e 220w)</p> <p>INPUT LIST</p> <p>01 BUMBO - Beta 52</p> <p>02 CAIXA - Beta 57A</p> <p>03 ESTEIRA - Beta 57A</p> <p>04 CHIMBAL – SM81</p> <p>05 TOM 1 – MD421/E604</p> <p>06 SURDO 1 – MD421/E604</p> <p>07 SURDO 2 – MD421/E604</p> <p>08 OH (L) – SM81</p> <p>09 OH (R) – SM81</p> <p>10 TECLADO (L) – D.I.</p> <p>11 TECLADO (R) – D.I.</p> <p>12 VIOLÃO – D.I</p> <p>13 CONTRABAIXO - D.I. Ativa</p> <p>14 GUITARRA - mic SM57</p> <p>15 GUITARRA - line D.I.</p> <p>16 SANFONA – D.I.</p> <p>17 EFEITOS OVER PERC - SM58 (pedestal)</p> <p>18 PANDEIRO/TRIÂNGULO - SM58 (pedestal)</p> <p>19 CAJON – SM58(pedestal)</p> <p>20 CONGA AGUDA - SM57 (pedestal)</p> <p>21 CONGA GRAVE – SM57(pedestal)</p> <p>22 ZABUMBA top - CLAMP SM-57</p> <p>23 ZABUMBA bot - CLAMP SM-57</p> <p>24 ALFAIA - Shure SM58 (garra)</p> <p>25 VOCAL - Beta 58A</p> <p>26 VOCAL - Beta 58A</p>					
--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		27 VOCAL - Beta 58A 28 VOCAL - Beta 58A 29 VOCAL - Beta 58A 30 VOCAL - Beta 58A 31 VOZ - Beta 87A ou Beta 58A UHF/R 32 STAND BY - Beta 58A 33 VIOLINO, VIOLA, CELLO, METAIS E SOPROS - (naipes) MICs para naipe de cordas de orquestra de 20 integrantes. Acompanhado de técnico(s) especializado(s) Técnico Operador de Áudio, auxiliar de operador de áudio e eletricitista, bem como montagem e desmontagem dos equipamentos e operacionalização durante a realização das solenidades – Diária de 24 horas.					
34	Sistema de Iluminação – TIPO I	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de SISTEMA DE ILUMINAÇÃO para palco e abertura do evento: 8 moving heads, 16 par Leds, mesa DMX, 4 Colunas de Grid Q30 com 3 metros de altura, 1 máquina de fumaça (gelo seco), 1 mesa avolites, 48 canais de rack x 4 kw. Acompanhado de técnico(s) especializado(s) Técnico Operador de Luz e eletricitista, bem como montagem e desmontagem dos equipamentos e operacionalização durante a realização das solenidades – Diária de 24 horas.	Sistema Completo	Diária	149	R\$ 2.614,89	R\$ 389.618,61
35	Tela de Projeção	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de TELA DE PROJEÇÃO - Dimensões 2 m x 3 m, na cor branca, retrátil, com suporte necessário para a instalação com tripé ou pendurada – Diária de 24 horas.	Tela	Diária	176	R\$ 196,29	R\$ 34.547,04
36	Sistema de Projeção	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de SISTEMA DE PROJEÇÃO MULTIMÍDIA - composto por: 01 projetor multimídia de pelo menos 5000 ANSI lumens; 01 tela de projeção de 120"; 01 conjunto para sustentação da tela em Box Truss; 01 notebook com configuração adequada para apresentações multimídia e projeção de DVD. Devem estar inclusos, ainda: cabos adaptadores, controle remoto e ponteira laser, além de técnico para operação – Diária de 24 horas.	Sistema Completo	Diária	148	R\$ 1.613,36	R\$ 238.777,28
37	Computador Notebook	Prestação de serviços em locação de COMPUTADOR NOTEBOOK - Processador Intel Core i5; 8 Gb de Memória RAM; Teclado ABNT-2; Mouse de 600 dpi, Touchpad; HD de	Computador	Diária	584	R\$ 164,00	R\$ 95.776,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		500 GB ; Placa de som; Placa de Rede Gigabit; Placa de Rede WIFI 802.11b/g/n, Unidade DVD-RW; 2 USB 2.0 e 2 USB 3.0; Windows 7 Profissional com Pacote Office 2013 Standard atualizados, monitor 13', saída DVI e HDMI, Conexão bluetooth. Serão aceitas configurações superiores às indicadas acima – Diária de 24 horas.					
38	Impressora - Tipo I	Prestação de serviços em locação de EQUIPAMENTO DE IMPRESSÃO - Método de Impressão Térmica/Térmica Direta, resolução 200 dpi, com impressão de código de barras e software. Franquia 400 impressões/dia – Diária de 24 horas.	Impressora	Diária	104	R\$ 103,33	R\$ 10.746,32
39	Impressora – Tipo II	Prestação de serviços em locação de EQUIPAMENTO DE IMPRESSÃO - Impressora laser/LED colorida Carta/A4 (impressão); Possuir memória mínima de 1GB de RAM; velocidade de saída mínima de impressão acima de 35 páginas (Carta) por minuto; Suportar papéis de tamanhos mínimos Carta e A4; Possuir unidade de duplex automático padrão; Aceitar gramaturas de papéis entre 60 e 220 g/m2 na alimentação e de 60 a 90 g/m2 na unidade duplex; Possuir no mínimo uma bandeja de alimentação de papel com capacidade mínima de 500 folhas; Possuir no mínimo uma bandeja de alimentação de papel manual com capacidade mínima de 100 folhas; Possuir CPU com clock mínimo de 533 Mhz; Possuir um disco rígido (HD) instalado; Possuir no mínimo as seguintes Linguagens de Descrição de Página: PCL5c/6, Genuine Adobe® PostScript®3; Possuir resolução de impressão de no mínimo 600 x 600 dpi; Possuir, no mínimo, as seguintes interfaces: Ethernet (Porta de rede RJ-45; 10Base-T/100Base-TX); Permitir impressão de documentos via Rede local, sem a necessidade de estar conectado a um computador via USB; USB2.0 Tipo A e B; Possuir no mínimo os seguintes protocolos de rede: TCP/IP (IPv4, IPv6); Possuir compatibilidade com no mínimo os seguintes Sistemas Operacionais de Rede: Windows XP/Server 2003/Vista/Server 2008/7/10 ou versões posteriores; Distribuições Linux; Mac OSX 10.2 ou mais – Diária de 24 horas.	Impressora	Diária	83	R\$ 300,00	R\$ 24.900,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

40	Internet – Tipo I	Disponibilização de Ponto de internet - Ponto de Rede - CABEADA, com acesso à internet. Incluso o SWITCH (gigabit 24 portas) – Diária de 24 horas.	Ponto de Rede	Diária	235	R\$ 119,00	R\$ 27.965,00
41	Internet – Tipo II	Disponibilização de Ponto de Rede - Wireless (SEM FIO) - garantindo total acesso à internet, padrão 802.11 b/g/n, com velocidade mínima de 1 Mbps por usuário, com segurança e confiabilidade padrão WAP2, sem limite de pacote; Ponto de Internet - Wireless (SEM FIO) – Diária de 24 horas.	Ponto de Rede	Diária	235	R\$ 119,00	R\$ 27.965,00
42	Régua de Extensão	Prestação de serviços em locação de equipamento - Régua de extensão, com 12 tomadas, cabo medido 5 metros, bivolt, na cor preta, com tomada universal – Diária de 24 horas.	Equipamento	Diária	246	R\$ 5,00	R\$ 1.230,00
43	TV 42"	Prestação de serviços em locação de equipamento - TV 42"; LED Full HD; 42" polegadas; resolução 1920 X 1080 áudio estéreo; alimentação bivolt 110/220V; entradas HDMI (mínimo de duas), entrada para PC, entrada áudio e vídeo (RCA), entradas USB controle remoto total, cabo componente, cabo de força; tripé de sustentação - Diária 24 horas;	Equipamento	Diária	165	R\$ 105,00	R\$ 17.325,00
44	Totem Virtual	Prestação de serviços em locação de equipamento – TOTEM VIRTUAL INTERATIVO para pesquisa de público online e offline, tela de touch screen monotoque, 40 polegadas - Diária de 24 horas.	Equipamento	Diária	245	R\$ 400,00	R\$ 98.000,00
45	Painel em LED	Locação de Pannel de LED modelo P2 indoor SMD, alta resolução, tamanho aproximado de cada conjunto do telão 3,20 X 1.92 metros, composto por 12 placas de 1,00 X 0,50 metros ou outra quantidade de placas de outras medidas cuja instalação em formato de painel presente a medida aproximada de 3,20 x 1,92 metros, com todo o cabeamento necessário ao sistema e cabeamento para ligação de energia de 50 metros; Notebook, acompanhado de técnico(s) especializado(s) Operador de vídeo, eletricista, bem como montagem e desmontagem dos equipamentos e operacionalização durante o evento - Diária de 24 horas.	Painel	Diária	107	R\$ 1.626,59	R\$ 174.045,13
46	Gerador 100 Kva	Prestação de serviços em locação de equipamento – Gerador a diesel potência 100 kva - silenciado; diesel utilizado incluso na locação; 200 m de cabo 95 mm; 02 caixa de distribuição;	Equipamento	Diária	91	R\$ 1.187,50	R\$ 108.062,50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		Operador; extintores adequados; 12 horas de uso diário.					
SEÇÃO III - MOBILIÁRIO, DECORAÇÃO E SINALIZAÇÃO							
ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
47	Tribuna (Púlpito)	Prestação de serviços em locação de mobiliário - PÚLPITO – Púlpito (tribuna) de acrílico transparente com suporte para microfone e água - Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	134	R\$149,00	R\$ 19.966,00
48	Poltrona	Prestação de serviços em locação de mobiliário -Poltrona revestida com espuma de poliuretano, manta acrílica e acabamento em couro sintético ou poliéster na cor preta. modelo com linhas retas. limpa, sem manchas, rasgos, furos ou costuras se desfazendo - Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	247	R\$ 79,00	R\$ 19.513,00
49	Tenda – Tipo I	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de TENDA - Tenda branca tipo piramidal, medindo 4 m x 4 m, com altura mínima de 2,5 m, com estrutura em tubo galvanizado sem fechamento lateral, afixada com cabo de aço - Diária de 24 horas.	Tenda	Diária	287	R\$ 312,00	R\$ 89.544,00
50	Tenda – Tipo II	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de TENDA 5 m x 5 m, com cobertura em lona PVC, na cor branca, anti-chama, com proteção UV, no estilo piramidal com base em estrutura metálica, composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água, altura de 3.50 m e sustentação em seus pés laterais, com laudo de incombustibilidade. INCLUSOS: Transporte, Carga e Descarga, Montagem e Desmontagem - Diária de 24 horas.	Tenda	Diária	359	R\$ 330,00	R\$ 2.100.171,88
51	Arranjo de Flores Naturais – Tipo I	Arranjo de Flores Naturais – TIPO JARDINEIRA – (rosas), cores variadas (vermelha, salmão, amarela, branca) e flores do campo, formato horizontal, com tamanho aproximado de até 1,00 metro. Apresentar modelos para aprovação do Contratante - Diária de 24 horas.	Arranjo	Diária	305	R\$ 165,00	R\$ 50.325,00
52	Arranjo de Flores Naturais – Tipo II	Arranjo de Flores Naturais – TIPO BUFFET CENTRAL – (rosas), cores variadas (vermelha, salmão, amarela, branca) e flores do campo. Apresentar modelos para aprovação do Contratante - Diária de 24 horas.	Arranjo	Diária	295	R\$ 120,00	R\$ 35.400,00
53	Palco – Tipo I	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de 01 (um) PALCO: estrutura tubular reforçada,	Palco	Diária	123	R\$ 1.601,50	R\$ 196.984,50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		com peças modulares, dimensões: 8 m x 3 m e 0,6 m de altura, tablado de madeira, forrado com carpete preto, acabamento com tecido preto nas laterais inferiores e frontal inferior, duas escadas reforçadas (uma em cada lateral) com corrimão, com as laterais cobertas com tecido preto, com no mínimo 4 pontos de tomadas de 220 v devidamente identificada com 3 pinos - Diária de 24 horas.					
54	Palco – Tipo II	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de 01 (um) PALCO – Palco com Cobertura – 8 x 6 m: Estrutura modular de palco metálica, cobertura de lonil emborrachado, com até 2 escadas de acesso, com corrimão, podendo ser solicitado fechamento lateral, 1 púlpito de no mínimo 1,2 m de altura, atendendo todas as normas ABNT e registro da empresa no CREA – PB, totalizando até 8 metros de boca, até 6 metros de profundidade, até 1 metro do chão e cobertura com pé direito de até 6 metros. 01 praticável estabilizado medindo 2 m X 2 m X 60 cm acarpetado para bateria. 01 praticável estabilizado medindo 2 m X 2 m X 30 cm acarpetado para percussão. As laterais e o fundo do palco devem ser fechadas com lona ou tecido malha pretas - Diária de 24 horas.	Palco	Diária	90	R\$ 2.500,00	R\$ 225.000,00
55	Palco – Tipo III	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de 01 (um) PALCO: dimensões 12 m x 10 m, com 2 m de altura do chão ao piso, 6 m de altura do piso ao teto, com cobertura piramidal em lona branca. Saia em lona branca, 01 escada e guarda corpo em toda estrutura. 01 área de serviço, coberta, medindo 4 m x 4 m no mesmo nível do palco. (Todo material metálico em estrutura de treliças). Acessórios: 01 house mixer de 4 m x 4 m, com dois andares, com altura do chão ao piso de 0,50 cm, cobertura em lona branca e cercada com guarda corpo ou grades. 02 torres para PA Fly com 12 m de altura, 3 m de largura x 3 m de profundidade, devidamente estaiadas, com suporte para os equipamentos de som no ponto mais alto e ART devidamente registrada junto ao CREA-PB - Diária de 24 horas.	Palco	Diária	54	R\$ 4.837,50	R\$ 261.225,00
56	Box Truss	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de estrutura BOX TRUSS, Tipo Q15 ou Q30, treliça em alumínio; Prever	Box Truss	Metro Linear	714	R\$ 26,33	R\$ 18.799,62



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		estruturas de suporte (parafusos, cubos) e bases de sustentação da estrutura - 'sapatas', cabos de aço - Metro Linear - Diária de 24 horas.					
57	Conjunto Tecido – Tipo I	Fornecimento de conjunto de tecidos em malha: na cor branca, para rebaixamento total de teto nos locais que houver necessidade (exemplo: ginásios, salões) sendo que suas dimensões serão determinadas pelo local do evento. Será utilizado em média 1 (um) conjunto de tecidos em malha para rebaixamento total de teto por evento de acordo com a estrutura e capacidade do local de realização do evento.	Tecido	M²	335	R\$ 29,00	R\$ 9.715,00
58	Conjunto Tecido – Tipo II	Fornecimento de conjunto de tecidos em malha: na cor preta, para escurecimento total das janelas nos locais de apresentação áudio-visual que houver necessidade sendo que suas dimensões serão determinadas pelo local do evento.	Tecido	M²	310	R\$ 30,00	R\$ 9.300,00
59	Conjunto Tecido – Tipo III	Fornecimento conjunto de tecidos em malha: Tecidos em malha nas cores do IFPB (branco, verde e vermelho) para decoração de palco e demais ambientes, obedecidas as proporções e necessidades de cada ambiente. Largura mínima: 1,5 m.	Tecido	M²	2464	R\$ 37,93	R\$ 93.459,52
60	Conjunto Tecido – Tipo IV	Fornecimento conjunto de tecidos em malha: Tecidos em malha na cor CHITA para ornamentação de mesas e demais ambientes, obedecidas as proporções e necessidades de cada ambiente. Largura mínima: 1,5 m.	Tecido	M²	666	R\$ 25,00	R\$ 16.650,00
61	Balcão para Uso Diverso	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de balcão compreendendo montagem e desmontagem de balcão em octanorm na cor branca com 0,5 m x 1 m x 1 m. Porta com chave e prateleira para guarda de materiais. Colocação em local determinado pela organização e retirada após o evento. Prazo de instalação em conformidade com a(s) estrutura(s) para a(s) qual(is) for contratado - Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	139	R\$ 200,00	R\$ 27.800,00
62	Cadeira Estofada	Prestação de serviços em locação de mobiliário – CADEIRA ESTOFADA sem braço, na cor preta, com pés fixos sem danos, cortes, furos, estofamento em perfeito estado de conservação - Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	940	R\$ 10,73	R\$ 10.086,20
63	Estande – TIPO I	Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de estandes, medindo 4 m², com 2,20 m altura e piso elevado em madeira, com	Estande	Diária	224	R\$ 487,00	R\$ 109.088,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		carpete do tipo fadamac, paredes com painéis TS dupla face branco com 4 mm de espessura, emoldurados por perfis octogonais, travessas em cor natural leitosa de alumínio anodizados, iluminação com no mínimo 04 Lâmpadas de 100 Watts ou equivalente e 03 tomadas trifásicas sendo que uma de 220 v devidamente identificada, testeira na arte frontal do estande, com aplicação de vinil adesivo - Diária de 24 horas.					
64	Mesa	Prestação de serviços em locação de mobiliário – MESA ou BUREAU de escritório em melanina branca sem gaveta com 1.20 m x 0.60 m - Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	210	R\$ 79,84	R\$ 16.766,40
65	Mesa – Tipo Bistrô	Prestação de serviços em locação de mobiliário – MESA - TIPO BISTRÔ, acompanhadas com 3 (três) banquetas. Tampo redondo de vidro 8 mm com diâmetro de 60 cm. Base metálica cromada. Altura aproximada 1,20 m - Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	207	R\$ 89,84	R\$ 18.596,88
66	Mesa Comum	Prestação de serviços em locação de mobiliário – MESA COMUM em estrutura de plástico inquebrável nas dimensões mínimas de 70 cm x 70 cm x 40 cm, peso de suporte 90 kg com toalhas nas cores a ser definida pelo requisitante - Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	2.850	R\$8,30	R\$ 23.655,00
67	Cadeira Comum	Prestação de serviços em locação de mobiliário – CADEIRA COMUM - estrutura de plástico inquebrável, incluindo capas em tecido nas cores a ser definida pelo requisitante quando solicitado, de acordo com a quantidade de pessoas, conforme a natureza do evento e a solicitação – Diária de 24 horas.	Móvel	Diária	20.940	R\$ 3,75	R\$ 78.525,00
68	Decoração Temática	Serviço de Decoração, Produção e ou Montagem de ambiente para espaço que comporte 300 participantes, personalizado de acordo com a temática proposta do evento, com aprovação da proposta pelo solicitante.	Decoração	Serviço	107	R\$ 1.300,00	R\$ 139.100,00
69	Balão inflável de propaganda	Balão inflável blimp 2,50m personalizado com logomarca a ser definida pelo IFPB para fixação e divulgação de evento.	Decoração	Unidade	122	R\$ 2.146,33	R\$ 261.852,26
70	Locação de Espaço	Locação de espaço para eventos acadêmicos e culturais. Pauta de espaços para a realização de eventos de extensão e cultura com público estimado de 100 a 300 por sessão - Diária de 24 horas.	Espaço	Diária	134	R\$ 1.938,25	R\$ 259.725,50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

SEÇÃO IV - PLACAS, BRINDES E HONRARIAS

ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
71	Medalhas em Metal	CONFEÇÃO DE MEDALHAS EM METAL feita de zamag (liga de zinco, alumínio, cobre e magnésio), cor ouro, Prata e Bronze com 8 cm de diâmetro, com fundição personalizada das bordas em alto relevo, com a logo do "Instituto Federal da Paraíba - Câmpus..." fundida em alto relevo medindo espessura de 4 mm, e com espaço plano na frente reservado para personalização em diferentes eventos, com fita personalizada de cores que atendam cada evento específico. A medalha deverá ter um espaço na frente reservado para impressão de conteúdo de identificação de eventos coberto por película de resina alta resistência.	Medalha	Unidade	4877	R\$ 7,53	R\$ 36.723,81
72	Troféu – Tipo I	CONFEÇÃO DE TROFÉUS personalizados, em metal ou acrílico, conforme modelos a ser disponibilizado, com logomarca do evento, com tamanho de 40 cm x 20 cm, superfície Dourado, Prateado e Bronzeado.	Troféu	Unidade	857	R\$ 71,20	R\$ 61.018,40
73	Troféu – Tipo II	CONFEÇÃO DE TROFÉUS personalizados, em material polipropileno, altura 40 cm, características adicionais base quadrada com tampa, finalidade honra ao mérito.	Troféu	Unidade	535	R\$ 90,50	R\$ 48.417,50
74	Placa de Inauguração – Tipo I	FORNECIMENTO DE PLACA DE INAUGURAÇÃO - PLACA EM AÇO ESCOVADO INOX Espessura da placa: 2 mm Foto corrosão: Colorida Letras texto: Arial (abcd –ABCD –1234). Fonte: Preta Dimensão: 70 cm x 90 cm Brasão e logomarcas: Coloridas. Fixação: 4 (quatro) parafusos em inox e botões franceses. Quatro furos de aproximadamente 1 cm dispostos a 2,5 cm das extremidades. Conforme layout orientado pela fiscalização.	Placa	Unidade	95	R\$ 456,67	R\$ 43.383,65
75	Placa de Inauguração – Tipo I	FORNECIMENTO DE PLACA DE INAUGURAÇÃO - PLACA EM AÇO ESCOVADO INOX Espessura da placa: 2 mm Foto corrosão: Colorida Letras texto: Arial (abcd –ABCD –1234). Fonte: Preta	Placa	Unidade	106	R\$ 225,94	R\$ 23.949,64



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		Dimensão: 38 cm x 50 cm Brasão e logomarcas: Coloridas. Fixação: 4 (quatro) parafusos em inox e botões franceses. Quatro furos de aproximadamente 1 cm dispostos a 2,5 cm das extremidades. Conforme layout orientado pela fiscalização.					
76	Estojo para Homenagem	CONFEÇÃO DE ESTOJO PARA HOMENAGEM - Estojo de couro sintético preto medindo 32 cm x 25 cm, contendo: placa em aço inox com espessura de 0,8 cm, medindo 27 cm x 20 cm, fixada na parte interna do estojo, fotografada e pintada em 4 cores, conforme texto e layout fornecidos pelo IFPB.	Estojo	Unidade	695	R\$ 204,35	R\$ 142.023,25
SEÇÃO V - MATERIAIS ESPORTIVOS							
ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
77	Bola Oficial – Tênis de Mesa	BOLA OFICIAL TÊNIS DE MESA, modelo competição 3 estrelas, conforme regras oficiais da ITTF e Federação Paulista de Tênis de Mesa, modelo aprovado pela Chinese Table Tennis Association (C.T.T.A); Tamanho: 40 mm, confeccionada em Material: Acetato de celulósido Cor: Branco ou Laranja (amarelo escuro) Peso de cada bola: 2,74 gramas (oficial) Emenda não aparente com acabamento lixado (sem ranhura aparente) classificação ISO: 9001 Passed.	Bola	Unidade	660	R\$ 2,96	R\$ 1.953,60
78	Raquete – Tênis de Mesa	RAQUETE DE TÊNIS DE MESA clássica, composição madeira e resinas plásticas com punho anatômico, 1,5 mm, pegada longa, 2 lados revestidos, lisa, 2 estrelas, aprovada para competições oficiais.	Raquete	Unidade	198	R\$ 34,02	R\$ 6.735,96
79	Rede Oficial - Futsal	REDE OFICIAL DE FUTSAL, medidas: 3,10m x 2,10m x 0,48m x 1m, malha 10 cm, confeccionada em Poliéster com tratamento Anti-UV, fio de no mínimo 8mm de espessura, com Vêu, embalagem altamente resistentes com zipper.	Rede	Unidade	64	R\$ 283,34	R\$ 18.133,76



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

80	Rede Oficial - Vôlei	REDE DE VÓLEI profissional 2 lonas, com fios de SEDA, desenvolvida para campeonatos oficiais e aprovada por Federações, Malha 10cm Fio "seda" 2,5mm Tamanho 10,00m x 1m, extensores em "seda" e cabo de aço para fixação. Quadro estrutural confeccionado com corda de seda 6mm, 2 "lonas" confeccionadas em PVC emborrachado, com costura dupla. "Lona" sup. 7cm e "lona" inf. 6cm, 4 ponteiros metálicas.	Rede	Unidade	42	R\$ 343,91	R\$ 14.444,22
81	KIT Slackline	KIT SLACKLINE - contendo 1 FITA FLAT de poliéster com trama plana de 20 metros de comprimento, com LOOP dobrado e reforçado na ponta. tensão máxima 3 T. 1 catraca em aço inoxidável, com trava de segurança, e fita de 2 metros com LOOP dobrado e reforçado na ponta. 1 par de protetores de árvore. 1 sacola para transporte.	Conjunto	Unidade	21	R\$ 194,39	R\$ 4.082,19
82	Bola Oficial – Basquetebol Masculino	BOLA DE BASQUETEBOL MASCULINO modelo 7.6 Crossover, material microfibra, aderência ao toque-Grip, matrizada, miolo slip system removível e lubrificado, câmara airbilty, peso cheia 600 a 650g, circunferência 75 a 78 cm, chancelada e aprovada pela FIBA. Referência: Pênalti ou superior.	Bola	Unidade	55	R\$ 126,93	R\$ 6.981,15
83	Bola Oficial – Basquetebol Feminino	BOLA OFICIAL DE BASQUETEBOL FEMININO modelo pro 6.7, material microfibra, matrizada, aderência ao toque-Grip, miolo slip system removível e lubrificado, câmara airbilty, peso cheia 510 a 565g, circunferência 72 a 74 cm, chancelada e aprovada pela FIBA, referência: Pênalti ou superior.	Bola	Unidade	52	R\$ 216,50	R\$ 11.258,00
84	Bola Oficial - Futsal	BOLA DE FUTSAL OFICIAL Masculino e Feminina, chancelada/selo de qualidade da FIFA e CBFS, material PU ultra 100 %, costura termotec, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado de matéria prima neogeo, peso cheia 410 a 440g, circunferência 61 a 64 cm, modelo MAX 1000, referência: Penalty ou superior.	Bola	Unidade	116	R\$ 154,00	R\$ 17.864,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

85	Bola Oficial – Futebol de Campo	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO costurada a mão, microfibra, 32 gomos, circunferência 60 a 70 cm, peso cheia 410 g a 450 g, material PU ultra 100%, câmara Airbility, miolo slip system removível e lubrificado, alta maciez e durabilidade.	Bola	Unidade	87	R\$ 173,88	R\$ 15.127,56
86	Bola Oficial - Voleibol	BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL, material microfibra, costura matrizada, miolo slip system removível e lubrificado, câmara airbility, peso cheia 260 a 280g, circunferência 65 a 67 cm, características adicionais uso adulto, chancelada pela CBV, pressão 03-04 lb, colada, aplicação prática esportiva, modelo pro 7.0, referência: Penalty ou superior	Bola	Unidade	138	R\$ 281,00	R\$ 38.778,00
87	Bola Oficial – Voleibol de Praia	BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL DE PRAIA, 12 gomos, material microfibra, termotec, miolo system removível e lubrificado, câmara airbility, peso cheia 260 a 280g, circunferência 65 a 67 cm, 0% de absorção de água, chancelada pela CBV, pressão 03-04 lb, colada, modelo BEACH PRÓ 6.0, referência: Penalty, ou superior.	Bola	Unidade	100	R\$ 233,66	R\$ 23.366,00
88	Bola Oficial – Handebol Masculino	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, costurada a mão, com 32 gomos, confeccionada com PU Ultra Grip. Bola Oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e chancelada pela Federação Internacional de Handebol (IHF). Indicada para uso sem cola. Tamanho: 58 - 60 cm de diâmetro. Peso: 425 - 475g, referência: Penalty ou superior.	Bola	Unidade	79	R\$ 111,63	R\$ 8.818,77
89	Bola Oficial – Handebol Feminino	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, costurada a mão, com 32 gomos, confeccionada com PU. Bola Oficial da CBHB e chancelada pela Federação Internacional de Handebol (IHF). Tamanho: 54 - 56 cm de diâmetro. Peso: 325 - 400 g referência: Penalty ou superior.	Bola	Unidade	69	R\$ 121,34	R\$ 8.372,46
90	Cooler Térmico	COOLER TÉRMICO COM RODINHAS, modelo DC-80 - Capacidade: 72 Litros, tampa em acrílico Transparente, com 5 rodinhas reforçadas para movimentá-lo mesmo cheio.	Cooler	Unidade	53	R\$ 562,35	R\$ 29.804,55



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

SEÇÃO VI - ALIMENTAÇÃO

ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
91	Água Mineral	FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL - Água mineral natural, tipo: sem gás, material embalagem: plástico, tipo embalagem: descartável. Embalagem com 200 ml	Copo	Unidade	19900	R\$ 0,43	R\$ 8.557,00
92	Gelo Filtrado	Fornecimento de GELO FILTRADO em cubos ou escamas, por quilograma, em pacote/saco, para evento em município do estado do Paraíba ser definido, com solicitações mínimas de 20 kg.	Gelo	Quilograma	2730	R\$ 16,80	R\$ 45.864,00
93	Café e Água Quente	Café e água quente disponibilizado em garrafa térmica – 2 Litros. Incluindo sachês de chá de sabores variados, copos e colheres descartáveis, açúcar e adoçante; mesa para colocação com toalha e lixeira para atender ininterruptamente aos dias do evento, às salas de eventos, sala vip, sala de imprensa, e sala da equipe de apoio.	Garrafa	Diária	517	R\$ 7,88	R\$ 4.073,96
94	Bebedouro	Fornecimento de água mineral em garrafão de 20 (vinte) litros, em bebedouros refrigerados, para atender ininterruptamente a 1.000 pessoas diariamente.	Bebedouro	Diária	482	R\$ 7,18	R\$ 3.460,76



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

95	Coquetel – Tipo COFFEE BREAK	COQUETEL – TIPO COFFEE BREAK - Serviço de Coffee-break por 2 horas - com 02 Mesas de apoio contendo: Bebidas: água, café, chocolate quente, suco de frutas, refrigerante zero e comum (Coca-Cola e Guaraná Antártica). Doces: dois tipos de bolo; Salgados: Torradas, manteiga, 2 tipos de geleias, requeijão, biscoitos Petit four (doces: goiabinha, palmier, chocolate, nata, leite condensado; salgados: cebola, alho), mini-sanduíches variados (baguetes, pão de forma e brioche) recheados com requeijão, pasta de ricota; Frios: presunto, blanquet de peru, salaminho, queijos (prato, minas). O serviço deverá ser servido com todos os materiais necessários para o perfeito funcionamento. Ex: Réchauds, suplas, copos descartáveis (300 ml) e de isopor branco liso (50 ml) , guardanapo de pano (branco) louças, prataria e talheres, gelo e toalha de mesa. Apenas quando indicado pelo fiscal setorial os pratos, talheres, copos e outros itens poderão ser descartáveis. Reposição obrigatória durante o período indicado.	Coffe Break	Por Pessoa	44010	R\$ 28,39	R\$ 1.249.443,90
96	Lanche	Fornecimento de kit lanche contendo Pão com queijo e presunto; 01 suco de caixinha e uma fruta da estação, embalados individualmente, com guardanapos	Lanche	Unidade	44520	R\$ 6,37	R\$ 283.592,40
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO						R\$ 9.241.852,04	

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) encontram-se disponibilizadas no Anexo I-A, do presente Termo de Referência.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de promoção de eventos institucionais – envolvendo as etapas de planejamento, organização, coordenação e acompanhamento, contemplando todos os serviços indispensáveis à plena execução dos projetos de eventos, abrangendo apoio logístico, montagem, desmontagem e manutenção de toda infraestrutura demandada, para fins de atendimento as necessidades institucionais, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

1.5. O contrato terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n.º 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

5.1.1.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos exigidos.

5.1.1.2. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes.

5.1.1.3. Destaca-se que o IFPB não detém experiência na coordenação e execução de eventos desta magnitude, de forma que a execução direta geraria riscos inaceitáveis à realização do evento, com consequências que vão desde a baixa qualidade do objeto até o seu completo fracasso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

5.1.1.4. Desta forma, espera-se com a contratação de uma empresa especializada na organização e execução de eventos, a mitigação desses riscos, utilizando-se de terceiros que comprovadamente detenham experiência na execução de eventos desse porte.

5.1.1.5. Além do mais, com a contratação de uma única empresa torna-se mais eficiente e eficaz a gestão e fiscalização contratual, facilitando também a responsabilização contratual por vícios ou desconformidades na execução do objeto.

5.1.1.6. Desde logo, a presente contratação deverá considerar que a organização de evento é uma atividade complexa e requer a coordenação e contratação de diversos serviços, tais como sonorização, iluminação, montagens, desmontagens, segurança, limpeza, materiais e etc., como também a necessidade de prestar assessoria prévia e de acompanhar e orientar o contingente alocado pela contratada, controlar horários, resolver imprevistos e corrigir situações adversas, de forma a garantir o perfeito desenvolvimento das atividades dos eventos.

5.1.1.7. Portanto, visando o atendimento das necessidades das unidades administrativas deste IFPB é fundamental a contratação de empresa especializada em organização, planejamento, organização, coordenação e acompanhamento, de eventos para a região do Estado da Paraíba, sendo os requisitos mínimos necessários: Capacidade técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades do objeto da contratação e experiência na execução de objeto semelhante ao da contratação.

5.1.1.8. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante;

5.1.1.9. São requisitos de qualificação técnica:

5.1.1.9.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 12 (doze) meses, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

5.1.1.9.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

5.1.1.9.1.1.1. No mínimo **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante já executou serviços compatíveis com o objeto dessa licitação a um quantitativo de **10 % (dez por cento)** do valor total estimado do bem licitado pretendido ou similar;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

5.1.1.9.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.1.1.9.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

5.1.1.9.4. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

5.1.1.9.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

5.1.1.9.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

5.1.1.9.7. A empresa deverá comprovar, ainda, possuir Certificado válido de cadastramento obrigatório no Ministério do Turismo, o CADASTUR, de que trata o art. 22 e o art. 30, inciso 1º e 2º, da Lei n.º 11.771/2008, e nos termos do Decreto n.º 7.381/10, demonstrando que a licitante está autorizada a prestar serviço de organização de eventos;

5.1.1.10. Da justificativa acerca da natureza não continuada do serviço:

5.1.1.10.1. A presente contratação visa atender uma situação temporária de excepcional interesse público, para a execução indireta de serviços de viabilização de eventos. Portanto, de natureza não continuada, pois visa assegurar o atendimento de uma necessidade específica não rotineira e/ou permanente, de modo que sua interrupção não compromete a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.1.1.10.2. Logo, trata-se de serviços de natureza comum tipificada na Lei n.º 10.520/2002 cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado. Não se constituindo, por fim, em necessidade pública permanente e contínua, mas sim, para atendimento às demandas de um exercício financeiro.

5.1.1.10.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.1.1.10.4. Ressalta-se que prestação do serviço aqui estudado não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante,

5.1.1.10.5. vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.1.11. Critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.1.11.1. O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170, da Constituição Federal; ao art. 3º, da Lei n.º 8.666/93 alterado pela Lei n.º 12.349 de 2010, a Lei n.º 12.187/2009 e o art. 6º da Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, além do Decreto n.º 7.746/2012.

5.1.1.11.2. Os serviços deverão atender aos critérios para a promoção de acessibilidade previstos em normas vigentes, incluído o atendimento a todas as pessoas portadoras de necessidades especiais, participantes dos eventos, em sentido juridicamente conglobante.

5.1.1.11.3. Os critérios para a promoção de acessibilidade constam na Lei n.º 10.098/2010, cujo cumprimento orienta-se pela Norma Técnica ABNT NBR n.º 9.050.

5.1.1.11.4. Os critérios para a promoção de acessibilidade, supracitados, não excluem qualquer outra determinação legal acerca do tema, quer seja complementar, suplementar, superveniente ou qualquer outra que se aplique em caso concreto.

5.1.1.11.5. O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como:

5.1.1.11.5.1. A utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.1.1.11.5.2. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto n.º 48.138, de 8 de outubro de 2003;

5.1.1.11.5.3. Observação da Resolução CONAMA n.º 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

5.1.1.11.5.4. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

5.1.1.11.5.5. Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os eventos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

5.1.1.11.5.6. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.1.1.11.5.7. Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n.º 257, de 30 de junho de 1999.

5.1.1.11.5.8. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

5.1.1.12. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

5.1.1.12.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) data de assinatura do respectivo termo de contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

5.1.1.13. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

5.1.1.13.1. Pelas características dos serviços a serem empregados, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, não haverá necessidade da Contratada promover transição contratual.

5.1.1.14. Soluções de mercado que atendam aos requisitos específicos:

5.1.1.14.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.1.1.14.2. Logo, a contratação dos serviços, objeto deste instrumento, se mostra perfeitamente possível haja vista, após busca parametrizada de fornecedores, constatar-se um vasto quantitativo de empresas cadastradas nessa linha de fornecimento no SICAF - Disponível em: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/selecionarLinhaFornecimento.jsf> - Acesso em: 12 ago. 2022 - aptas a prestação dos serviços, seja no âmbito do Estado da Paraíba, assim como no âmbito dos demais estados da federação.

5.1.1.14.3. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e ou obrigações da contratada e ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. *Omissis*¹

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Com antecedência de pelos menos **15 (quinze) dias** da data de realização do evento, o Contratante enviará a Nota de Empenho e ou Ordem de Serviço ao fornecedor detentor da ata de registro de preços referente aos serviços necessários. A Nota de Empenho e ou Ordem de Serviço conterá as especificações e quantitativos, bem como valores unitários e totais de cada serviço.

8.1.1.1. A nota de empenho e demais informações serão enviados para o endereço eletrônico (e-mail) que o fornecedor tiver cadastrado no SICAF ou aquele informado em sua proposta de preços, prevalecendo esse último como preferencial.

8.1.1.2. É obrigação do fornecedor confirmar o recebimento na Nota de Empenho e ou Ordem de Serviço no prazo máximo de 24 horas, considerados apenas dias úteis.

8.1.1.3. Caso o fornecedor não confirme o recebimento, o Contratante poderá fazer ligação telefônica para o número cadastrado no SICAF ou informado em sua proposta de preços e solicitar a confirmação.

8.1.1.4. Caso a confirmação do recebimento da Nota de Empenho e ou Ordem de Serviço não seja realizada nesse prazo, o Contratante poderá considerar como recebida, podendo ainda, se assim entender, enviar a Nota de Empenho e ou Ordem de Serviço por correspondência, com aviso de recebimento.

8.1.1.5. Caberá exclusivamente ao fornecedor detentor da ata de registro de preços manter seu e-mail, telefone e endereço atualizados junto ao órgão gerenciador da ata SRP, devendo arcar com o ônus do descumprimento de obrigações referentes a notas de empenho enviadas e eventualmente não recebidas por sua culpa ou negligência.

8.1.2. Juntamente com a Nota de Empenho e ou Ordem de Serviço, serão fornecidos os dados do responsável pelo acompanhamento (fiscalização) da execução dos serviços. Os dados conterão pelo menos: Nome completo, telefone e e-mail. Também serão indicados os dados do fiscal substituto para os casos de ausência ou indisponibilidade do responsável principal.

8.1.3. A contratada deverá disponibilizar os materiais e serviços contratados conforme disposições a seguir:

¹ Em conformidade com as disposições estabelecidas no art. 30, III, da Lei n.º 8.666/93, a opção pela exigência de vistoria se faz desnecessária, motivo pelo qual o presente item foi suprimido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

8.1.3.1. Os serviços deverão ser prestados na forma disposto neste termo de referência.

8.1.3.2. Os equipamentos / materiais locados deverão ser entregues devidamente montados no local do evento.

8.1.3.3. As estruturas que assim requeiram, tais como palcos e estruturas metálicas (box truss), deverão ter a montagem supervisionada por profissional devidamente habilitado perante o CREA ou CAU, a cargo da empresa contratada.

8.1.3.4. Os itens de alimentação deverão cumprir as orientações da cartilha Boas Práticas para Serviços de Alimentação - Anvisa.

8.1.3.5. A entrega, montagem e arrumação dos materiais no local do evento deverá ser finalizada com antecedência de 2 horas a 4 horas do horário de início do evento, a critério do coordenador ou comissão organizadora do evento.

8.1.3.6. Os itens de alimentação deverão ser entregues no local e horário exigidos pelo contratante, podendo as quantidades totais previstas ser divididas pelos dias e turnos do evento, conforme for mais conveniente para o contratante.

8.1.3.7. O pessoal disponibilizado para a execução do serviço durante o evento, quando previsto, deverá se apresentar adequadamente trajado, de forma esmerada e compatível com o evento e função no mesmo, no horário indicado pelo contratante.

8.1.3.8. Ao final da prestação do serviço, a contratada deverá providenciar a retirada de quaisquer lixos, resíduos e restos de material inerentes aos serviços prestados.

8.1.3.9. A Contratante não se responsabiliza por eventuais danos aos materiais/equipamentos disponibilizados pela contratada decorrentes de casos fortuitos, acidentes ou atos de terceiros.

8.1.4. As tratativas e esclarecimentos necessários entre as partes contratantes não poderão implicar em alterações nas condições e especificações contratadas, sendo vedado negociar condições diferentes das previstas neste termo de referência e seus anexos.

8.1.5. As datas e meses de realização dos eventos descritos neste Termo de Referência estão sujeitos à alteração pelo órgão demandante, sendo que cada requisição de serviço deverá respeitar a antecedência mínima estabelecida neste termo de referência.

8.1.6. Para fins de emissão de nota de empenho, execução e pagamento, no caso dos itens adjudicados por preço global de grupo de itens, somente será admitida as seguintes hipóteses:

8.1.6.1. aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.1.6.2. aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8.1.6.3. Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexecuível ou inviável, dentro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

8.1.7. Cada serviço será executado na cidade indicada na descrição do item ou grupo, no local definido pelo contratante.

8.1.8. Das Localidades:

UNIDADE	LOCALIDADE	MUNICÍPIO - UF
IFPB - REITORIA	SEDE Av. João da Mata, 256 Jaguaribe CEP: 58.015-020. Campus Avançado de Cabedelo Centro Rua Duque de Caxias, S/N Centro CEP: 58.100-263. Campus Avançado Areia Rua Vigário Odilon, 152 Centro CEP: 58.397-000. Campus Avançado Soledade Rua José Chagas de Brito, S/N Centro CEP: 58.155-000. Campus Avançado Pedras de Fogo Rua Primeiro de Maio, S/N Centro CEP: 58.328-000.	João Pessoa-PB Cabedelo-PB Areia-PB Soledade-PB Pedras de Fogo-PB
IFPB - CAMPUS CABEDELLO	Rua Santa Rita de Cássia, 1900 Jardim Cambinho CEP: 58.103-772	Cabedelo-PB
IFPB - CAMPUS CAJAZEIRAS	Rua José Antônio da Silva, 300 Jardim Oásis. CEP: 58.900-000	Cajazeiras-PB
IFPB - CAMPUS CAMPINA GRANDE	Av. Tranquilino Coelho Lemos, 671 - Dinâmica Campina Grande-PB - CEP: 58.432-300	
IFPB - CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA	Rua Cícero Pereira de Lima, 227, José Pereira de Lima CEP: 58.884-000	Catolé do Rocha-PB
IFPB - CAMPUS ESPERANÇA	Acesso Rodovia PB 121, S/N, Estrada para Areial CEP: 58135-000	Esperança-PB
IFPB - CAMPUS GUARABIRA	Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, Rodovia PB-057, KM 02 - S/N CEP: 58.200-000	Guarabira-PB
IFPB - CAMPUS ITABAIANA	Rodovia PB-054, Km 17, S/N Alto Alegre CEP: 58.360-000	Itabaiana-PB
IFPB - CAMPUS ITAPORANGA	Acesso Rodovia PB-386, Km 2, S/N. - Centro Itaporanga-PB - CEP: 58780-000	Itaporanga-PB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA	Av. Primeiro de Maio, 720 Jaguaribe CEP: 58.015-4350	João Pessoa - PB
IFPB - CAMPUS MONTEIRO	Acesso Rodovia PB 264, S/N. Vila Santa Maria CEP: 58.500-000	Monteiro-PB
IFPB - CAMPUS PATOS	Acesso Rodovia PB 110 Alto da Tubiba CEP: 58700-000	Patos - PB
IFPB - CAMPUS PICUÍ	Acesso à Rodovia PB 151, S/N, Cenecista. CEP: 58.187-000	Picuí-PB
IFPB - CAMPUS PRINCESA ISABEL	Acesso Rodovia PB 426, Sítio Barro Vermelho, S/N, Zona Rural. CEP: 58.755-000	Princesa Isabel-PB
IFPB - CAMPUS SANTA LUZIA	Rua Jader Medeiros, S/N Centro CEP: 58.600-000	Santa Luzia-PB
IFPB - CAMPUS SANTA RITA	Acesso BR-230, Km 42, S/N Bairro Popular CEP: 58.301-645	Santa Rita-PB
IFPB - CAMPUS SOUSA	Rua Presidente Tancredo Neves, S/N. Jardim Sorrilândia CEP: 58.800-970	Sousa-PB

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, conforme disposições contidas no Anexo VII, do instrumento convocatório, promovendo sua substituição quando necessário.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 10.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei n.º 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

12.DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13.ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

14.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993.

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n.º 8.666, de 1993.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.

15.DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV - IMR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios previstos no Anexo IV - IMR

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

16.5.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

16.5.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93;

16.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de **5 (cinco) dias**.

16.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

16.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n.º 10.406, de 2002).

16.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

17.DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei n.º 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.5.1. o prazo de validade;
- 17.5.2. a data da emissão;
- 17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.5.5. o valor a pagar; e
- 17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de **0,5% (meio por cento) ao mês**, ou **6% (seis por cento) ao ano**, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a **5 % (cinco por cento)** do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e **90 (noventa) dias** após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de **2% (dois por cento)**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

- 19.1.2. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666 de 1993.
- 19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 19.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.
- 19.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.10. Será considerada extinta a garantia:
- 19.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 19.10.2. no prazo de **90 (noventa) dias** após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

19.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 20.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após	03



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

	reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **75 (setenta e cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

20.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a **12 (doze) meses**, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

21.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.1.1.1. No mínimo **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante já executou serviços compatíveis com o objeto dessa licitação a um quantitativo de **10 % (dez por cento)** do valor total estimado do bem licitado pretendido ou similar;

21.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

21.3.4. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

21.3.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

- 21.3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;
- 21.3.7. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- 21.3.8. A empresa deverá comprovar, ainda, possuir Certificado válido de cadastramento obrigatório no Ministério do Turismo, o CADASTUR, de que trata o art. 22 e o art.30, inciso 1º e 2º, da Lei n.º 11.771/2008, e nos termos do Decreto n.º 7.381/10, demonstrando que a licitante está autorizada a prestar serviço de organização de eventos;
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.4.1. Valor Global: **R\$ 9.241.852,04 (nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos).**
- 21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 22.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 9.241.852,04 (nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos).**

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 23.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

João Pessoa-PB, 02 de setembro de 2022.

PABLO ANDREY ARRUDA DE ARAÚJO
Pró Reitoria de Administração e Finanças